

Oposição ^{Conarresso} quer alterar MP 211

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — A oposição aposta no interesse do governo em aprovar os projetos de revisão orçamentária para modificar a Medida Provisória 211, que prevê abono de Cr\$ 3 mil aos trabalhadores, aposentados e pensionistas cujos salários atuais sejam inferiores a Cr\$ 23.017,30. Antes de apreciar o orçamento, lembra o líder do PCB na Câmara, deputado Roberto Freire (PE), os parlamentares terão de votar a medida provisória durante o esforço concentrado marcado para os dias 11 e 12. “Não haverá quórum”, sentença o vice-líder do governo no Senado, Ney Maranhão (PRN-PE).

Os partidos de esquerda esperam ainda lotar o plenário, com pelo menos os 248 deputados e 38 senadores, com a ajuda dos prefeitos. A MP 200, que entra na ordem do dia do esforço concentrado em primeiro lugar, contém uma emenda do senador Severo Gomes (PMDB-SP), que prevê a distribuição de 23% do IOF para os municípios e Estados. Existem cinco projetos de revisão orçamentária tramitando no Senado: criando créditos suplementares e modificando a dotação prevista ainda durante o governo Sarney para as estatais. O projeto que menciona o maior volume de recursos é o de número 15. Ele prevê um crédito adicional de



Epitácio Pessoa/AE — 04/09/89

Freire: confiança na obtenção de quórum

Cr\$ 2,5 trilhões para dobrar despesas com pessoas, manutenção e investimentos em órgãos da administração direta.

Apesar de ser de interesse do governo a aprovação destes projetos, o senador Ney Maranhão garante que, na Câmara, o governo não conseguirá reunir os seus aliados. “Nem nós, nem ninguém”, afirma. No Senado, prevê Maranhão, haverá quórum porque 50 senadores não concorrem à reeleição.

Ney Maranhão acha que o governo deve renegociar a modificação da MP 211. Para ele, o Executivo não pode deixar que a Justiça avalie se as

empresas não têm mesmo condições de pagar.

Para o líder do PMDB, Íb森 Pinheiro, ao reeditar a MP 199 com o acréscimo do parágrafo único do artigo 1, “o governo está autorizando a fraude, pois basta à empresa alegar dificuldades que o efeito suspensivo do pagamento da reposição estará assegurado até o julgamento definitivo pelo TST, que pode demorar meses”.

O projeto de conversão das oposições à MP 211 vai incorporar o abono de Cr\$ 3 mil a título de antecipação de reposição salarial, para ser descontado ao final de seis meses.